

A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará¹

Leandro Vieira Cavalcante

Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil.
e-mail: leandro.cavalcante@hotmail.com

Resumo

Com a expansão do modelo produtivo do agronegócio no Ceará, observa-se a instalação de uma série de grandes empresas agrícolas e agroindustriais voltadas para a produção em larga escala de inúmeros gêneros agropecuários. Isso contribui para a territorialização do capital no campo, ancorado na permanência do latifúndio e da monocultura, favorecendo o acirrar das disputas territoriais e do uso corporativo do território. Nesse sentido, busca-se, com este artigo, discutir a territorialização do agronegócio no espaço agrário cearense, procurando evidenciar o uso corporativo do território pelas maiores empresas do setor, que estão entre as principais responsáveis por redefinir a dinâmica territorial e ampliar a desarticulação da agricultura camponesa, a exploração do trabalhador e da natureza, a concentração hídrica e fundiária, a injustiça e vulnerabilidade socioambiental, entre outros. Com isso, espera-se contribuir com a leitura da questão agrária do Ceará na contemporaneidade, que também passa pelo entendimento do uso do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio.

Palavras-chave: Agronegócio; agentes hegemônicos; uso corporativo do território.

The territoriality of capital in the rural space: agribusiness and corporate use of territory in Ceará

Abstract

With the expansion of the agribusiness in Ceará, we observed the installation of big agribusiness companies that has a large-scale production of several agricultural genres. This contributes to the territorialization of capital in the rural space, linked to the permanence of the latifundia and monoculture, favoring the intensification's territorial disputes and the corporate use of the territory. However, the aim of this article is to discuss the territorialization of agribusiness in Ceará's rural space, evidencing the corporate use of the territory by the largest companies in the sector, which are among the main accountable for redefining the territorial dynamics and enlargement the disarticulation of peasant agriculture; increasing the exploration of the workers and the nature; water and land concentration; injustice and socio-environmental vulnerability. We hope to contribute with the research of the Ceará's agrarian question in the contemporaneity, that also passes for the understanding of the use of territory by the hegemonic agents of the agribusiness.

Keywords: Agribusiness; hegemonic agents; corporate use of territory.

La territorialidad del capital en el campo: agronegocio y uso corporativo del territorio en Ceará

Resumen

¹ Versão ampliada e revisada de artigo originalmente publicado nos anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em 2018 na UFGD/Dourados.

Con la expansión del modelo productivo del agronegocio en Ceará, se nota la instalación de una serie de grandes empresas agrícolas y agroindustriales dirigidas a la producción de gran escala de innumerables géneros agropecuarios. Esto contribuye a la territorialización del capital en el campo, anclado en la permanencia del latifundio y del monocultivo, favoreciendo el agravamiento de las disputas territoriales y del uso corporativo del territorio. En este sentido, el presente artículo busca debatir sobre la territorialización del agronegocio en el espacio agrario cearense, evidenciando el uso corporativo del territorio por las mayores empresas del sector, siendo las principales responsables en redefinir la dinámica territorial y ampliar la desarticulación de la agricultura campesina, la explotación del trabajador y de la naturaleza, la concentración hídrica y agraria, la injusticia y vulnerabilidad socioambiental, entre otros. Por lo anterior, se espera contribuir con la lectura de la cuestión agraria de Ceará actual, que pasa por el entendimiento del uso del territorio por los agentes hegemónicos del agronegocio.

Palabras clave: Agronegocio; agentes hegemónicos; uso corporativo del territorio.

Introdução

Observa-se na contemporaneidade uma expansão acelerada do modelo produtivo do agronegócio no Brasil, representando o advento e a consolidação de um novo paradigma no campo, que passa a ser concebido sob os preceitos produtivos ditados pelo grande capital que visa necessariamente lucro a qualquer custo associado à exploração desenfreada da natureza e do trabalho. Isso resultou numa intensa reestruturação tanto do espaço agrário brasileiro quanto dos tradicionais sistemas de produção da agricultura, que tiveram de se adaptar às novas exigências impostas pela economia de mercado globalizada e pela racionalidade capitalista cada vez mais onipresente no campo, provocando inúmeros rebatimentos na organização socioespacial e econômica até então vigente e remodelando de maneira considerável, e por vezes irreversível, os usos do território.

Com isso, percebe-se, de uma maneira geral, que os territórios elencados para a atuação do grande capital no campo, a partir da difusão e territorialização do modelo produtivo do agronegócio, passam a ser intensamente controlados por agentes hegemônicos e exógenos aos locais de produção, representados por grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, que se instalam nos lugares visando unicamente ampliar suas capacidades produtivas e seus rendimentos, pouco ou nada importando os impactos gerados através do uso corporativo que elas conferem ao território. Dessa forma, tais empresas se configuram como as principais responsáveis por rearranjar e dinamizar os usos dos territórios nos quais se instalam, cada vez mais susceptíveis aos ditames do agronegócio globalizado e às imposições das grandes corporações que assumem o comando do setor.

O estado do Ceará, em especial, também passa a ser inserido nesse contexto representado pelo advento do agronegócio, embora em uma escala diferente do observado no restante do país e apresentando algumas particularidades inerentes ao seu contexto geoambiental e ao seu próprio processo de formação socioespacial, associado à uma conjuntura política e econômica favorável. Em linhas gerais, é apenas a partir dos anos 1990

que se nota um maior dinamismo voltado para o desenvolvimento de uma agricultura propriamente empresarial em larga escala em terras cearenses, notadamente em grandes áreas irrigadas, sejam elas públicas e/ou privadas. Assim, dentre os principais cultivos que foram contagiados pela racionalidade capitalista e que passaram a ser produzidos sob os moldes do agronegócio, destacam-se o incremento e a dinamização das atividades da fruticultura (com foco na produção de frutas como melão, banana, caju/castanha, coco, melancia e mamão, entre outras), da pecuária bovina (especialmente a leiteira), da avicultura industrial (aves de corte e ovos), da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) e da floricultura (sobretudo rosas).

Grosso modo, são esses os principais ramos do agronegócio cearense², responsáveis por alterar significativamente o modo como o território vinha sendo historicamente ocupado e utilizado. Dentre os agentes mais expressivos que atuam na difusão desse agronegócio no Ceará, sobressaem-se, além da participação decisiva e ativa do Estado, grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, sejam elas de capital local, nacional ou internacional, que são responsáveis por fomentar a territorialização da racionalidade capitalista no campo ao introduzirem uma lógica empresarial voltada para a otimização de seus lucros mediante uma máxima exploração dos recursos disponíveis. Através da atuação dessas empresas do agronegócio, presenciamos novos e intensos usos do território a partir de estratégias concebidas unicamente no intuito de ampliar seu poder de coerção e controle sob o mesmo.

Nesse sentido, busca-se, com este artigo³, discutir a territorialização do agronegócio no espaço agrário cearense, procurando evidenciar o uso corporativo do território por parte das principais empresas do setor instaladas no estado, que estão entre as maiores responsáveis por redefinir a dinâmica territorial e ampliar a desarticulação da agricultura camponesa, a exploração do trabalhador e da natureza, a concentração hídrica e fundiária e a injustiça e vulnerabilidade socioambiental. Inicialmente apresentamos um resgate histórico da agricultura cearense para, na sequência, indicarmos em que contexto se dá a expansão do agronegócio. Posteriormente apresentamos algumas das principais corporações do agronegócio instaladas no Ceará e discutimos brevemente acerca do uso corporativo ao qual está acometido o território através da atuação dessas empresas. Espera-se, assim, que o debate aqui apresentado possa contribuir com a leitura da questão agrária cearense na

² Dentre os trabalhos que se voltam para análise de um ou mais desses principais ramos do agronegócio cearense, sob o olhar da Geografia, destacamos: Araújo (2006), Freitas (2010), Vasconcelos (2010), Bezerra (2012), Bomtempo (2014), Pinheiro (2014), Cavalcante (2015, 2016ab), Costa (2016), Sousa (2017) e Rodrigues (2018). A leitura desses trabalhos nos ajudou a aprofundar a discussão aqui apresentada.

³ Esse estudo contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e é fruto de atividades de pesquisa do autor realizadas no âmbito do NATERRA (Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território), da Universidade Estadual do Ceará.

contemporaneidade, que também passa pelo entendimento do uso do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio.

Agricultura cearense: rupturas e continuidades

Historicamente a agricultura desempenhou um papel muito importante na ocupação territorial e na formação socioespacial do estado do Ceará, conforme indicam Girão (1985) e Lima (2002). Desde os primórdios do período colonial até a contemporaneidade, essa atividade vem fomentando a dinamização da economia cearense através da geração de divisas e arrecadação de impostos, além de promover a reorganização de espaços rurais e urbanos, de contribuir para a inserção de determinadas parcelas do território na divisão internacional do trabalho, e especialmente de assegurar a garantia da sobrevivência de milhares de famílias que têm na atividade agropecuária uma das suas únicas fontes de renda e de suprimento alimentar.

Nesse contexto, destaca-se que a ocupação territorial do Ceará esteve, em um primeiro momento, fortemente ligada a expansão da pecuária bovina nos vales de alguns de seus principais rios, a exemplo do Jaguaribe e do Acaraú, contribuindo para o repovoamento do interior cearense. Para Silva (1994, p. 81), o Ceará, sendo recolonizado a partir do deslocamento de correntes migratórias oriundas das regiões açucareiras da Bahia e de Pernambuco, encontrou na pecuária sua principal atividade econômica, associada a pequenas lavouras de subsistência no interior das fazendas. Essa pecuária extensiva praticada no Ceará estava intimamente ligada ao cultivo de cana-de-açúcar, fornecendo diversos suprimentos para a região da cana, na Zona da Mata nordestina.

Assim, conforme aponta Girão (1985), durante todo o século XVIII, se prolongando também para o século XIX e início do XX, a pecuária representava a mais importante atividade econômica do Ceará, associada também a pequenos cultivos de feijão, milho e mandioca, que abasteciam as necessidades da população ligada à atividade criatória. Entretanto, ainda no final do século XVIII, a produção de algodão seria introduzida com grande dinamismo no Ceará e se somaria às já existentes. Ainda segundo Girão (1985), rapidamente passou-se a cultivar algodão em larga escala em terras cearenses, onde foram disseminadas extensas áreas cultivadas com esse produto. Essa produção de algodão realizada no Ceará estava voltada diretamente para atender as necessidades do mercado, majoritariamente externo e controlado por indústrias têxteis, impulsionado pela primeira Revolução Industrial, na Inglaterra.

A associação das atividades de pecuária extensiva com o cultivo de algodão, mais conhecida pelo termo “binômio gado-algodão”, foi responsável por ser a principal atividade econômica cearense até meados do século XX, sempre associada a cultivos de subsistência,

sobretudo feijão, milho e mandioca, e a produções com menor representatividade, como cana-de-açúcar e café. Além desses cultivos, merecem destaque ainda atividades relacionadas ao extrativismo vegetal, representado pela exploração de campos ocupados por carnaúbas, além de outros ocupados por coqueiros e cajueiros. Apesar disso, conforme assegura Silva (1994), coube ao binômio gado-algodão a expressão da economia do Ceará por um longo tempo, trazendo rebatimentos diretos para o desenvolvimento de cidades e de outros setores econômicos, como o industrial e o comercial. Todavia, essa hegemonia do binômio gado-algodão como principal elemento da economia e da organização do espaço agrário cearense perdurou até a metade do século XX, decaindo após sucessivas crises.

Dessa maneira, e de um modo geral, até meados da década de 1980 a economia agrícola cearense estava assentada nos setores da pecuária extensiva (bovinos, ovinos e caprinos), da agricultura de subsistência/autoconsumo (feijão, milho e mandioca) e do extrativismo vegetal (castanha de caju, cera de carnaúba e coco seco), acrescentando-se também uma rarefeita produção de algodão, cana-de-açúcar, arroz, café e frutas realizada em alguns pontos isolados do estado. Segundo Elias (2005), a maior parte dessa produção agropecuária cearense se dava de forma extensiva com a utilização de técnicas tradicionais de baixa produtividade, não conhecendo maiores inovações técnico-científicas e agrônômicas que pudessem garantir a continuidade prolongada da atividade, impedindo seu crescimento horizontal através da ocupação de novos espaços. Em outras palavras, não se conhecia, até o início dos anos 1980, a consecução do agronegócio globalizado em território cearense, com exceção apenas do cultivo de castanha de caju, já realizado por grandes empresas.

Porém, como também aponta Elias (2005), o Ceará não escapou da adoção de diversas estratégias para responder aos desafios impostos pela lucratividade do capital neste novo ciclo de acumulação capitalista, marcado pela globalização econômica. Desse modo, é visível nas últimas décadas a reestruturação econômica e territorial do Ceará, com uma “multiplicação das políticas públicas direcionadas a tornar o estado viável à produção e ao consumo globalizados, abrindo-se às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos” (ELIAS, 2005, p. 438). Ainda de acordo com a autora, a intensificação do capitalismo no campo cearense é um processo em curso sobretudo a partir da década de 1990, caracterizado pela modernização da produção agrícola, pela difusão do modelo produtivo do agronegócio e pela territorialização de grandes empresas.

Um dos principais responsáveis por inserir a agropecuária cearense no contexto da reestruturação produtiva do setor observada em todo o país vem sendo o Governo do Estado, sempre associado a interesses privados. O marco do início desse processo foi o chamado “Governo das Mudanças”, articulado a um projeto político de cunho meramente neoliberal e desenvolvimentista lançado por Tasso Jereissati em seu primeiro mandato enquanto

governador do Ceará⁴, iniciado em 1987, que privilegiou a atuação em três eixos prioritários considerados indispensáveis para o tal do desenvolvimento econômico cearense: promoção e incentivo ao turismo de massa, atração e interiorização de indústrias e instalação de infraestruturas de apoio ao agronegócio, conforme demonstram Monte (2008) e Elias e Pequeno (2013), levando a uma significativa reestruturação econômica e territorial do Ceará que, por outro lado, foi responsável por aprofundar as gritantes desigualdades socioespaciais do estado e ampliar a concentração de renda, de terra e de capital.

Assim, a consecução e o desenvolvimento do agronegócio no Ceará se deram, de uma maneira muito nítida, a partir da atuação direta do Governo do Estado, acrescido aos esforços do Governo Federal, através da implementação de políticas públicas específicas para o setor, da construção de infraestruturas hídricas e de transportes, da concessão de financiamentos e incentivos fiscais, do fornecimento de pesquisa, extensão e qualificação profissional, da criação e atuação de vários órgãos e secretarias, da atração e/ou aparelhamento de grandes empresas no campo, entre outros. Segundo Elias (2005), o Governo do Estado funcionou como o principal motor de dinamização do agronegócio no Ceará, reorganizando por completo o setor agrícola e abrindo margem para o desenvolvimento de uma atividade agropecuária meramente comercial, se tornando, na opinião da autora, um dos principais agentes produtores do espaço agrário cearense.

Com isso, o Ceará passa a assumir um novo papel na divisão social e territorial do trabalho no Brasil com a consecução e difusão do modelo produtivo do agronegócio, através da expansão dos monocultivos e do latifúndio, da introdução de modernas técnicas à produção, do assalariamento de trabalhadores rurais e da interligação do capital agropecuário com o agroindustrial, resultando no desenvolvimento de uma agricultura de caráter marcadamente capitalista, voltada para a acumulação de capital. Mudam-se, assim, consideravelmente o perfil agropecuário cearense e as relações sociais de produção até então predominantes no campo. Emerge, portanto, um novo contexto agrícola no Ceará com a difusão do agronegócio, abrindo margem para a territorialização do grande capital no campo e para a expansão da agricultura capitalista, acirrando consideravelmente o uso corporativo do território pelas principais empresas do setor a despeito dos interesses gerais da população do campo, que continuou a margem da dita “modernização”.

Todavia, é importante destacar que a agricultura cearense ainda se baseia fortemente na tríade feijão-milho-mandioca, demonstrando a força da produção camponesa no estado, como afirmam Oliveira e Pereira (2011), que resiste apesar da expansão do agronegócio e do poderio das grandes empresas agrícolas e agroindustriais. Infere-se, nesse sentido, que o agronegócio não se processa de maneira hegemônica e homogênea, não

⁴ Tasso Jereissati governou o Ceará durante três mandatos, de 1987 a 1991 e de 1995 a 2002.

conseguindo abarcar todas as frações do território e nem deter o controle das relações sociais de produção no campo, que resistem a partir do processo de recriação camponesa. Além disso, analisando a geografia do agronegócio no Ceará, percebe-se também que o sertão cearense ainda se configura como um espaço de reserva para a expansão do capital agrícola, uma vez que o maior dinamismo do setor está concentrado nas áreas dos vales dos principais rios, das serras úmidas e do litoral, que são as regiões mais visadas para a exploração intensiva a cargo das grandes empresas.

Expansão do agronegócio e novos usos do território no Ceará

O agronegócio vem se expandindo com maior vigor no Ceará notadamente no setor da fruticultura, em especial a irrigada, como destacado. Esse setor foi tomado por Cavalcanti (1997) como um dos segmentos mais dinâmicos e competitivos da agricultura nacional, uma vez que, para Ramos (2006), as frutas vislumbram grande potencial no cenário do agronegócio, expandindo suas negociações no mercado mundial e contribuindo para alterar a balança comercial brasileira. Atualmente, o Ceará é um dos principais produtores e exportadores de frutas tropicais do país, seja em forma de fruta fresca e seca, seja processada (sucos e polpas), aparecendo como um grande produtor de castanha de caju, melão, maracujá, coco, banana, mamão, melancia e acerola, assumindo um significativo destaque nacional no cultivo dessas frutas, conforme apontam os dados do IBGE/PAM⁵ (2016). Tais frutas são encaminhadas para os mercados local e regional, para o mercado nacional, com destaque para a região Sudeste (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro), e para o mercado internacional, mormente para inúmeros países da Europa (sobretudo Holanda, Inglaterra, Espanha, Itália, Polônia, Irlanda, Alemanha, Portugal e França), exportando ainda para Estados Unidos, Oriente Médio, América Latina e Ásia.

Essa alavancada na produção de frutas no Ceará é, em muitos casos, motivada pelas demandas do mercado internacional, que tem nas grandes empresas agrícolas, agroindustriais e de varejo nacionais e multinacionais as principais responsáveis por regular e dinamizar essa atividade, transformando o espaço agrícola cearense em um dos pontos que compõem a rede dos circuitos globalizados da produção e consumo de gêneros agropecuários, com destaque para as frutas tropicais. De modo a ilustrar esse quadro, de acordo os dados do MDIC/SECEX⁶, em 2016 o Ceará foi o maior exportador nacional em valor de frutas frescas, secas e elaboradas, assumindo uma posição de destaque nas exportações de castanha de caju, melão, água de coco, melancia, banana, mamão e sucos concentrados,

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Produção Agrícola Municipal.

⁶ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Secretaria de Comércio Exterior.

garantindo com isso um lugar central no contexto agropecuário brasileiro, sobretudo quando analisamos a balança comercial da fruticultura.

A produção de frutas em larga escala no Ceará⁷ é realizada em algumas distintas regiões, que se especializam no cultivo de determinada fruta de acordo com as especificidades geoambientais locais e/ou mediante a introdução de tecnologias que procurem suplantá-las. O cultivo de castanha de caju nos moldes do agronegócio, a cargo de grandes empresas, concentra-se no Litoral Leste e na Região Metropolitana de Fortaleza, estando destinado a atender especialmente o mercado externo, enquanto que o cultivo de coco se concentra no Litoral Oeste, com foco no processamento do fruto voltado para a exportação de água de coco. Já o cultivo de acerola e maracujá é realizado por grandes empresas mormente no Planalto da Ibiapaba, caracterizado por seu clima mais ameno. Por sua vez, os cultivos de banana, melão, melancia e mamão estão concentrados nas áreas irrigadas públicas e privadas instaladas nos vales dos principais rios do estado, a exemplo do Jaguaribe e do Acaraú, ocupando extensas parcelas de terra; registra-se ainda uma importante produção sobretudo de banana realizada nas serras úmidas e no Cariri.

Além da fruticultura, merecem destaque também a avicultura industrial e a carcinicultura, além da bovinocultura que recentemente vem dando sinais de uma reestruturação de suas práticas produtivas, com o foco na produção de leite e derivados. A avicultura industrial, cujas atividades se concentram basicamente na Região Metropolitana de Fortaleza, vem sendo incrementada no Ceará sob forte mediação das grandes empresas do setor, voltadas para a criação de galinhas de granja direcionadas para a produção de carne e ovos. Já a carcinicultura vem conhecendo uma larga expansão no Ceará nas últimas duas décadas e está concentrada com maior expressão nos leitos dos rios Jaguaribe e Acaraú, mas não somente, com uma produção de camarão voltada para abastecer o crescente mercado nacional. Juntos esses três setores – avicultura, carcinicultura e bovinocultura – favorecem a difusão do agronegócio no Ceará para além das atividades agrícolas centradas na produção de frutas, e vêm se destacando por sua acirrada atuação conjunta com o setor agroindustrial, responsável pelo processamento das aves, do camarão e do leite bovino, ampliando consideravelmente o controle do capital sob o campo.

No agronegócio cearense avulta-se ainda o setor da floricultura, com foco na produção de rosas e demais flores tropicais destinadas à exportação, realizada por grandes empresas nacionais e internacionais instaladas na região do Planalto da Ibiapaba, assegurando o Ceará como um dos maiores produtores e exportadores do país. Além desse, o agronegócio da cana-de-açúcar voltado para a produção de aguardente apresenta grande dinamismo no cenário agrícola cearense, estando concentrado na Região Metropolitana de

⁷ Há de se destacar que não é apenas o agronegócio que produz frutas no Ceará, uma vez que a maior parte das produções de caju, coco, banana, mamão, acerola e maracujá, por exemplo, advém da agricultura camponesa.

Fortaleza e no Maciço de Baturité, onde as principais empresas do setor cultivam a cana-de-açúcar e realizam o processo de produção da cachaça, que chega a ser exportada, além do cultivo voltado para a produção de rapadura, muito forte nas regiões do Cariri e da Ibiapaba. Os setores de produção em larga escala de mel de abelha, tilápia (em cativeiro), pescados (sobretudo lagosta), ovinos e caprinos, entre outros, assumem também uma participação importante no cenário do agronegócio no estado, atraindo os interesses de grandes empresas que têm investido nesses ramos nos últimos anos.

Diante do exposto, o que se observa é um agronegócio que se expande muito rapidamente no Ceará, que não ficou à margem do processo de territorialização do grande capital no campo observado por todas as regiões do Brasil. Além de modificar o perfil produtivo agropecuário cearense e as relações sociais de produção até então predominantes, o agronegócio está contribuindo também para alterar sobremaneira os usos do território, agora a serviço da reprodução do capital, que se utiliza de diversas estratégias para ampliar seu poder de dominação territorial (RAFFESTIN, 1993). E isso se dá por intermédio de grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, que não medem esforços para fomentar o desenvolvimento e a difusão do agronegócio no Ceará e para demarcar, de vez, a racionalidade capitalista no campo, que pressupõe sobremodo a acumulação de capital.

De um modo geral, a consecução desse agronegócio no Ceará significa, antes de mais nada, a territorialização dessa racionalidade capitalista no campo, abrindo margem para o desenvolvimento da agricultura de mercado e promovendo rebatimentos que atingem seletivamente espaços e produtores com o único objetivo de ampliar o potencial agropecuário cearense e difundir a lógica de produção empresarial por todos os setores, tornando-os capazes de responder às exigências de um aquecido mercado consumidor, seja ele interno e/ou externo. A partir daí, e cada vez mais, *o que, quando, como e onde* produzir passam a ser impostos aos produtores pelos agentes hegemônicos detentores de capital, transformando também o meio rural no “espaço da racionalidade” capitalista (SANTOS, 1996, 2009). A esse respeito, Martins (1995, p. 160) destaca que a tendência do capital é justamente “[...] dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz”.

São as grandes empresas, que agem hegemônicas cada qual no seu ramo prioritário de atuação, as principais responsáveis por alavancar os índices de produtividade da agropecuária cearense, por expandir a área produtiva, por articular e fundir capitais agrícolas, industriais e financeiros, por dinamizar a balança comercial estadual, por empregar uma grande quantidade de trabalhadores no campo e na cidade, por movimentar diariamente enormes quantias de mercadorias, capitais e informações, entre outros, gerando, por outro lado, um pesado ônus ambiental, social e territorial advindo com os impactos decorrentes da atuação de tais agentes, que agravam ainda mais o quadro de profundas desigualdades que historicamente caracterizam o espaço agrário do Ceará. Assim, de acordo com Elias (2005,

p. 451), a partir da instalação e da expansão dessas grandes empresas, acirra-se a divisão territorial e social do trabalho, com a refuncionalização do espaço agrícola, difundindo-se especializações produtivas e denotando-se, com isso, uma significativa seletividade na organização da produção e do espaço.

Através das ingerências dessas corporações, nota-se que o espaço agrário do Ceará passa a ser fortemente controlado por agentes hegemônicos que determinam os rumos do território cearense, com o claro objetivo de continuarem ampliando a reprodução do capital. Além disso, com a inserção da produção local nos circuitos globalizados da produção e do consumo, modifica-se também os nexos local/global e o Ceará surge enquanto uma fração do espaço mundial, cada vez mais aberto às influências exógenas e aos novos signos do presente (ELIAS, 2005), passando a ter seu dinamismo econômico incrementado a partir do forte aval do Estado e do poderio dos grandes grupos empresariais que canalizam os investimentos e as políticas estatais em prol de seus objetivos particulares e em detrimento das necessidades demandadas pelos povos do campo.

Dentre as principais empresas do agronegócio que agem hegemonicamente no Ceará, as quais controlam mais de uma etapa do circuito espacial da produção e possuem um porte muito acima da média estadual, destacamos: Agrícola Famosa, Itaueira, Del Monte Fresh Fruit, Frutacor, Meripobo, Banesa/Tropical Nordeste, JS Tropical/PTLA, WG Fruticultura, Melão Doçura, Mata Fresca, Sítio Barreiras, Brazil Melon, Terra Santa, Agrocoura, UGBP, Fruticultura Frota e Frutobras (melão, banana, melancia, mamão e manga); Amway Nutrilite (acerola); Cione, Iracema, Resibras, Cascaju, Usibrás e Amêndoas do Brasil (castanha de caju); Ducoco, Paragro, Adel Coco, Unique e Cohibra (coco e derivados); Betânia, Maranguape e Jaguaribe (leite e derivados); Cialne, Regina, Avine, Emape e Tijuca (frangos e ovos); Compescal/CELM, Artemisa/Aquacrusta, Cina, Seafarm e Bomar (camarão e pescados); Jandaia/Sucos do Brasil e Maguary/Ebba (suco de frutas); Sucus Brasil, Frutã, Pomar da Fruta e Frute (polpa de frutas); Cearosa, Reijers, Flora Fogaça, Swart e CBC (flores); Ypióca, Sapupara e Colonial (aguardente de cana); Syngenta, Faedo e Ibernnon (sementes); Esperança, Nectar Floral e Floema (mel).

Tais empresas, dentre outras, estão no comando da difusão do agronegócio no Ceará. Juntas, elas controlam centenas de hectares nas mais diversas regiões do estado, onde se concentram suas unidades produtivas agrícolas e/ou se localizam seus fornecedores, além de que muitas delas realizam também o processamento industrial de seus produtos, detendo, dessa forma, o controle de uma importante parcela do circuito espacial da produção agropecuária cearense. A análise das estratégias territoriais dessas empresas nos ajuda a revelar a acirrada atuação do grande capital no campo, mediante a difusão do modelo produtivo do agronegócio, assentado na produção de monoculturas em larga escala e na manutenção e expansão do latifúndio, utilizando modernos insumos e implementos agrícolas

e com expressiva articulação com outros setores produtivos, responsáveis por remodelar os usos do território e ocasionar impactos que demonstram o qual danoso e inconsequente pode ser a territorialização dessas grandes corporações.

As empresas hegemônicas do agronegócio e a territorialidade do capital

As empresas do agronegócio instaladas no Ceará não possuem as mesmas proporções das grandes corporações que atuam no Brasil, com algumas exceções, e mostram-se em desvantagem em capital investido, produção e hectares ocupados, por exemplo, mas que não impede que os usos dos territórios sob seus domínios tragam uma série de rebatimentos às comunidades camponesas e ao ambiente como um todo. Com isso, podemos afirmar que os agentes hegemônicos do agronegócio não precisam ser, necessariamente, grandes corporações alimentares globais, como as que são estudadas por Ploeg (2008) e McMichael (2005), podendo assumir nuances próprias a depender de sua escala de produção e atuação. As empresas instaladas no Ceará possuem, portanto, particularidades próprias, que lhes conferem um poderio econômico e político que garante sua atuação hegemônica no território.

Dentre as principais empresas do agronegócio instaladas no Ceará, já citadas, algumas merecem destaque, especialmente em virtude dos impactos advindos a partir do uso corporativo que elas conferem ao território. A identificação dessas principais empresas se deu a partir de informações acerca de distintas variáveis, tais como: ramo de atuação, período de atividade, hectares ocupados, quantidade produzida, número de funcionários, localização das unidades produtivas, exportações, rede de fornecedores, destinos da produção etc. Esse levantamento aponta a hegemonia das empresas Agrícola Famosa, Ducoco, Del Monte, Cialne, Cione, Compescal, Betânia, Reijers, Ypióca e Amway Nutrilite, cujas características são apresentadas abaixo⁸. A partir da análise de suas práticas, é possível traçar um debate, mesmo que breve, acerca do uso corporativo do território, tomando como exemplo essas dez principais empresas que, apesar de poucas, já deixaram suas marcas ao causar impactos de diferentes intensidades nos locais onde estão localizadas suas unidades produtivas, como discutido nos tópicos seguintes.

- **Agrícola Famosa:** Empresa cearense de capital nacional em atuação desde 1995. Atua na produção e comercialização de frutas tropicais, com destaque para melão e melancia. Produz também, em menor quantidade, mamão, banana e cacau. Possui fazendas e unidades de

⁸ Todas as informações aqui apresentadas são resultantes de uma compilação de dados obtidos em levantamento bibliográfico e documental, levantamento nos sites das empresas, de revistas e de jornais, e na sistematização de dados primários obtidos com a realização de trabalhos de campo pelo autor em algumas dessas empresas e/ou nas localidades onde elas estão instaladas.

produção no Ceará (em Icapuí, Aracati, Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré, Tabuleiro do Norte e Alto Santo), Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Alagoas. Entre fazendas próprias e arrendadas, ocupa por volta de 26 mil hectares no total. Segundo consta, é a maior empresa de produção de melão do planeta, e está voltada sobretudo para o mercado externo.

- **Ducoco:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1982. Produz coco verde e coco seco, além de realizar o processamento desses frutos. No Ceará atua com unidades produtivas (fazendas e fábricas) nos municípios de Itapipoca, Amontada, Acaraú, Itarema e Camocim, cujas fazendas ocupam uma área total de 10 mil hectares. Possui unidades localizadas também em São Paulo e no Espírito Santo. É a segunda maior empresa do ramo do coco do Brasil, assumindo destaque também na produção de coco ralado, leite de coco e água de coco. É uma das principais exportadoras de água de coco do país. Recentemente uma parcela da empresa foi adquirida por um fundo de investimentos brasileiro (BRZ Investimentos).

- **Del Monte:** Empresa multinacional de capital estadunidense em atuação desde 1889. É uma das maiores corporações mundiais a atuar na produção e comercialização de frutas, possuindo fazendas localizadas em vários países da América Central e do Sul, onde suas frutas são cultivadas. Chegou ao Brasil na década de 1990, no Rio Grande do Norte, e instalou-se no Ceará em meados dos anos 2000. Possui fazendas em municípios do Rio Grande do Norte e do Ceará (em Quixeré e Limoeiro do Norte). Atualmente, cultiva apenas banana e coco verde, mas já teve uma grande produção de abacaxi e melão, ocupando uma área de aproximadamente 6 mil hectares no total se somadas suas fazendas instaladas apenas no Ceará. Toda sua produção é destinada para exportação, notadamente para os Estados Unidos e Europa.

- **Cialne:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1966. Atua nos ramos da avicultura e da bovinocultura, especializada na produção de ovos, pintos e frangos vivos e abatidos, além de produzir e comercializar leite bovino e derivados. Detém mais de 50 unidades produtivas (granjas, fazendas e fábricas) localizadas no Ceará, Piauí, Maranhão e Paraíba. No Ceará, possui unidades em municípios como Fortaleza, Aquiraz, Guaiuba, Umirim, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Russas, Ubajara, Cascavel, Caucaia, Maranguape, Maracanaú e Irauçuba, somando uma área aproximada de 12 mil hectares. É uma das principais produtoras de ovos e frangos do Nordeste. Além de abatedouros, possui também suas próprias fábricas de ração e centros de distribuição.

- **Cione:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1962. Atua na produção de caju e no processamento e comercialização de castanha e de LCC (óleo da castanha). Foi uma das pioneiras no Brasil a cultivar caju e a processar a castanha. Possui fazendas e

fábricas no Piauí e no Ceará, com destaque para aquelas localizadas em Fortaleza, Caucaia, Pacajus, Chorozinho, Cascavel, Ocara, Barreira e Beberibe. Ocupa uma área total que chega aproximadamente aos 70 mil hectares. A maior parte de sua produção de castanha tem como foco o mercado internacional, se configurando como a maior exportadora de castanha de caju do país.

- **Compescal:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1982. Atua na produção e no processamento de camarão. Foi uma das pioneiras no Brasil a investir na produção de camarão em cativeiro. Também atende pelo nome de CELM e revende seus produtos através da marca Maris. Tem seu próprio laboratório, fazendas de engorda e fábrica de processamento localizadas em Acarati e Beberibe, ocupando por volta de 2.600 hectares no total, além de fazendas instaladas também no Rio Grande do Norte. Tem a capacidade de produzir e processar 25 toneladas de camarão por dia. Chegou a ser uma das principais exportadoras de camarão do país, mas atualmente sua produção se destina inteiramente ao mercado interno. Atua ainda na pesca e no processamento de lagosta.

- **Betânia:** Empresa cearense de capital local em atuação desde 1971. Atua na criação de bovinos voltados para a produção de leite. Processa e comercializa leite bovino e derivados, como manteiga, iogurte, queijo, requeijão, doce de leite, creme de leite e leite condensado. Atua sobretudo no mercado nordestino de leite e derivados. Abarca unidades industriais instaladas no Ceará, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, além de fazendas localizadas em Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Russas e Limoeiro do Norte, no Ceará, somando por volta de 5 mil hectares no total. Chegou a ser adquirida pela multinacional Parmalat, mas voltou para o controle da família que administra a empresa, sendo readquirida novamente por um fundo de investidores estadunidenses (Arlon Latin America Partners).

- **Reijers:** Empresa paulista de capital nacional em atuação desde 1972. Opera na produção e exportação sobretudo de rosas vermelhas. Instalou-se no Ceará em 2001, com unidades de produção na região da Ibiapaba, nos municípios de São Benedito e Ubajara. Suas duas fazendas no Ceará somam por volta de 200 hectares. Além dessas, é proprietária de mais 9 fazendas instaladas em Minas Gerais e em São Paulo. É a maior empresa do país voltada para a produção de rosas, sendo também a maior empresa do setor de flores em atuação no território cearense.

- **Ypióca:** Empresa cearense, inicialmente de capital local, em atuação desde 1846. Atua na produção de cana-de-açúcar e na fabricação de aguardente de cana, se configurando como a marca de cachaça mais antiga do país. É proprietária também da Naturágua, direcionada para a venda de água mineral engarrafada, e da Agropaulo, voltada para a produção de

etanol. Em 2012 foi adquirida pelo grupo britânico Diageo, maior fabricante de bebidas destiladas do mundo e proprietário de marcas como Smirnoff e Johnnie Walker. Detém unidades produtivas instaladas em Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Pindoretama, Paraipaba, Itaitinga, Aquiraz, Redenção, Acarape, Aracoiaíba, São Gonçalo do Amarante, Caridade e Jaguaruana, no Ceará, bem como em municípios do Rio Grande do Norte e de Tocantins. Suas fazendas no Ceará ocupam uma área de, no mínimo, 20 mil hectares.

- **Amway Nutrilite:** Empresa multinacional de capital estadunidense em atuação desde 1934. É a marca líder na venda de vitaminas e suplementos alimentares no mundo. Especializada na venda de suplementos, bebidas e produtos de higiene pessoal e de limpeza, entre outros. Tem fazendas instaladas nos Estados Unidos, Porto Rico, México e Brasil. Em terras brasileiras, optou por instalar-se no Ceará em 2001, no município de Ubajara, onde produz acerola, ocupando uma área total de 2.350 hectares. Toda sua produção em território cearense destina-se para a extração de vitamina C, voltada inteiramente para o mercado externo.

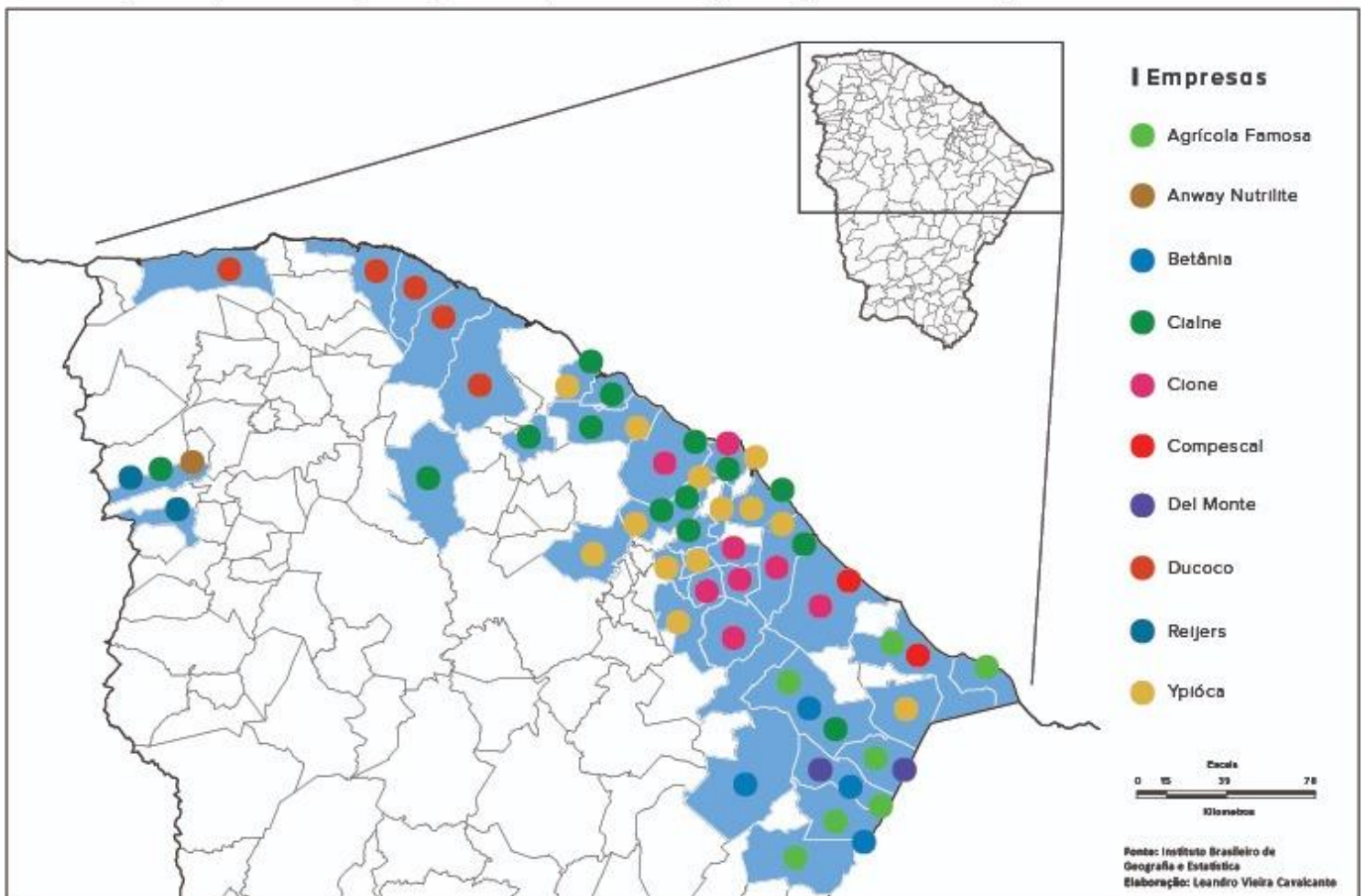
No que tange a localização dessas empresas, nota-se uma concentração espacial de suas unidades produtivas – agrícolas e industriais – em algumas regiões específicas do estado, como Vale do Jaguaribe, Litoral Leste, Região Metropolitana, Litoral Oeste e Ibiapaba. São essas as regiões que concentram os investimentos do capital do agronegócio no Ceará e se apresentam enquanto atrativas para a territorialização de grandes empresas do setor, com destaque sobretudo para o Vale do Jaguaribe, que conta com unidades de 6 das 10 empresas aqui apresentadas: Agrícola Famosa, Del Monte, Cialne, Compescal, Betânia e Ypióca. Como é possível observar no mapa inserido na sequência (Figura 1), que demonstra a distribuição espacial de algumas das principais empresas do agronegócio em atuação no Ceará, há uma grande capacidade de dispersão e capilarização territorial dessas corporações, que se instalam naqueles lugares com maior potencial de exploração dos recursos disponíveis e, conseqüentemente, de obtenção de lucro. São 10 empresas instaladas em 41 municípios, considerando apenas as unidades produtivas agrícolas e industriais instaladas no Ceará, com uma concentração maior em Limoeiro do Norte, Russas, Ubajara e Fortaleza, que contam cada um com três desses empreendimentos instalados em seu território.

Essas principais empresas instaladas no Ceará, dentre outras que poderiam ter sido citadas, se configuram claramente enquanto agentes hegemônicos do agronegócio. Essas “empresas hegemônicas” (SANTOS, 2003) detêm o controle dos circuitos espaciais produtivos, possuindo extensas áreas ocupadas e inúmeras unidades produtivas e mobilizando diariamente uma enorme quantidade de capitais, matérias-primas e trabalhadores. São esses agentes que possuem uma maior capacidade de “alienação

territorial” (SANTOS; SILVEIRA, 2003) e subjagam territórios inteiros de acordo com suas necessidades, contanto com o apoio irremediável do Estado. Tais agentes são os principais responsáveis, justamente, por fazer um uso corporativo do território, pondo em xeque os seus interesses com as necessidades dos chamados “agentes não-hegemônicos ou hegemonzados” (SANTOS, 1996), representados pelos trabalhadores e por todos aqueles que vivem em comunidades que estão no rastro da racionalidade e destrutividade do capital.

Figura 1. Distribuição espacial das principais empresas do agronegócio em atuação no Ceará.

Distribuição espacial das principais empresas do agronegócio em atuação no estado do Ceará



A questão do uso (corporativo) do território

É nítido, como demonstram inúmeros estudos já realizados por todo o país, que a difusão do agronegócio promove uma reconfiguração nas formas de uso e apropriação do território e na organização das relações sociais de produção, alteradas em virtude da atuação das grandes empresas do setor, capazes de imprimir uma série de implicações que vão além do processo produtivo propriamente dito, invadindo até mesmo as relações interpessoais e a

configuração territorial, como afirma Santos (2003). De acordo com Purseigle e Chouquer (2013), as empresas agrícolas (mas não somente) provocam vastas recomposições socioespaciais onde se instalam, sendo capazes de desenhar novas - e problemáticas - geografias no campo. Sem dúvidas, tal recomposição socioespacial provocada por essas empresas se traduz/expressa no território, onde observamos toda uma série de rebatimentos advindos a partir da ação hegemônica desses agentes.

Nesse sentido, é necessário discorrer acerca do uso do território pelas empresas do agronegócio, como meio de compreender os impactos advindos a partir da atuação direta desses agentes, uma vez que é preciso conhecer e analisar as “traduções territoriais do agronegócio”, como sugerem Gras e Hernandez (2013, p. 59), de modo a facilitar a compreensão do mundo rural na contemporaneidade e a traçar estratégias de enfrentamento a esse devastador modelo produtivo que é o agronegócio. Nessa mesma direção, Santos e Silveira (2003, p. 292) e Silveira (2007, p. 20) concordam que é imprescindível uma análise geográfica que considere as “lógicas territoriais das empresas”, visando identificar como elas concebem e utilizam o território. Acerca disso, autores como Dicken e Malmberg (2001), Maskell (2001), Taylor e Asheim (2001), Zimmermann (2005) e Bailoni et al. (2010) demonstram o quanto as relações estabelecidas entre as empresas e os territórios podem ser extremamente complexas e difíceis de serem plenamente apreendidas.

É sabido que a atuação dessas empresas contribui fortemente no sentido de levar ao desenrolar de uma série de rebatimentos territoriais e socioespaciais nas regiões onde se observa a difusão do agronegócio, consequência previsível especialmente porque a inserção “no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas” (SANTOS, 2009, p. 304). Através da instalação e atuação dessas empresas hegemônicas no território, forja-se toda uma nova configuração territorial, agora à serviço da reprodução do capital do agronegócio. Com a presença efetiva desses agentes atuando na apropriação do território, “tudo que existia anteriormente à instalação [de] empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social” (SANTOS, 2003, p. 85). Por conseguinte, de acordo com Santos e Silveira (2003, p. 293), “o resultado, quanto ao território, é de novo o exercício de um controle parcial de certos pontos por lógicas que se interessam apenas aos aspectos particularizados”.

Através dessa difusão do agronegócio, percebe-se que há um controle do território pelo capital, que se territorializa e passa a ditar seu conjunto de regras e imposições. Como já destacado, dentre os principais agentes que colaboram para a territorialização do capital no campo estão as empresas agropecuárias e agroindustriais, a partir de lógicas territoriais que lhes são próprias, como asseguram Santos e Silveira (2003). Desse modo, deve-se entender essas empresas como alguns dos principais indicativos da atuação do grande capital

na produção agropecuária, já que o território onde elas se instalam passa a ser organizado e utilizado em função de seus próprios interesses, de forma seletiva e corporativa, haja vista que, como assegura Santos (1996, p. 128), “cada firma usa o território segundo sua força”. E isso é muito mais emblemático do que parece, uma vez que “o território das grandes corporações é o mundo” (SILVEIRA, 2007, p. 17), que não se resume a uma escala local e regional de atuação, mas sim englobando todo o conjunto do planeta e produzindo uma mais-valia que agora é universal, conforme discute Santos (2003).

Assim, nota-se que o agronegócio vem favorecendo sobremaneira a territorialização do capital no campo por intermédio direto de grandes empresas agropecuárias e agroindustriais que agem hegemonicamente nesse setor e que utilizam o território exclusivamente de acordo com seus interesses, de maneira essencialmente corporativa. Dessa forma, ao se territorializar no campo, esse capital passa a se apropriar e a controlar determinadas parcelas do espaço, como assegura Raffestin (1993), utilizando-as de acordo com as suas necessidades, de modo a implicar em um embate direto com as populações lá existentes e em um controle quase que irrestrito das diversas etapas que compõem o circuito espacial da produção, levando a um “uso corporativo do território”, como evocam Santos e Silveira (2003) e Silveira (2007, 2008, 2011).

De acordo com Santos e Silveira (2003, p. 291), face a todo esse contexto, não seria exagero dizer que “estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território poder ser adjetivado como um território corporativo”. Além disso, pode-se afirmar que o “poderio dessas corporações está diretamente relacionado à capacidade que elas possuem de dominar parcelas do espaço e assim impor sua lógica de produção” (GOLDFARB, 2015, p. 27), dando origem a um território corporativo a serviço do agronegócio regulado pelas grandes empresas. Trata-se de um território entendido meramente enquanto um recurso por essas corporações, que não estão interessadas em mensurar a intensidade dos impactos gerados mediante um uso corporativo que desconsidera por completo os custos ambientais e o valor das vidas que são ceifadas diariamente em prol dos interesses do capital.

O uso do território pelas empresas hegemônicas do agronegócio

Descobrir as formas pelas quais se dá o uso corporativo do território por parte das empresas hegemônicas do agronegócio em atuação no Ceará, citadas anteriormente, não é uma tarefa fácil, uma vez que são muitas as variáveis e os processos que podem indicar e comprovar efetivamente esse uso corporativo a que tais agentes imprimem ao território. Isso acontece porque as nuances do poder do grande capital no campo deixam marcas que vão para além de sua presença material no espaço e se processam até mesmo na territorialidade

simbólica que o capital consegue impor ideologicamente aos sujeitos e aos territórios. Seja concreta ou simbolicamente, o território passa a ser regulado e utilizado em função dos interesses particulares de tais empresas, através de práticas pensadas unicamente para esse fim, segundo discorre Raffestin (1993).

Dentre essas práticas que evidenciam um uso corporativo do território, além de várias outras que poderiam ser mencionadas, citamos: territorialização do capital; cooptação do Estado; reconfiguração da dinâmica produtiva e do uso e ocupação da terra; monopolização das produções agropecuária e agroindustrial; oligopolização do espaço agrário, expansão do latifúndio e apropriação de terras em áreas públicas; privatização e controle das formas de acesso à água; agravamento de conflitos fundiários e socioambientais; acirramento da vulnerabilidade ambiental, social e territorial. Cada uma dessas práticas ilustra processos que podem indicar um uso corporativo do território, mediante análise dos impactos gerados pelas empresas do agronegócio. Visando elucidar esse cenário, na sequência citamos alguns breves exemplos, tomados como evidência empírica de uso corporativo do território por parte das dez principais empresas hegemônicas do agronegócio instaladas no Ceará, as quais elencamos para análise.

A territorialização do capital dá-se na medida em que as empresas se apossam do território, a partir, inicialmente, do controle da terra. Esse processo de territorialização das empresas pode ser um dos mais danosos aos territórios, já que muitas vezes elas se instalam em locais ocupados por comunidades camponesas, dando origem a dramáticas expropriações que alteram definitivamente a vida dos sujeitos. Foi isso o que aconteceu com a instalação da Del Monte em Limoeiro do Norte e da Ducoco em Itarema, por exemplo, quando comunidades inteiras desaparecem a partir da invasão de seus territórios pelas firmas do agronegócio. No caso da Del Monte, uma comunidade chamada KM 69 foi progressivamente substituída por plantios de abacaxi mediante uso exorbitante de enxofre que era expurgado nos cultivos e nas casas dos camponeses; já no caso da Ducoco, uma parte significativa da comunidade indígena dos Tremembé de Almofala foi riscada do mapa para dar lugar à monocultura do coco.

Por sua vez, associada a essa territorialização do capital, a cooptação do Estado acontece quando as empresas se utilizam de seu capital e influência política para obter certas benesses que lhes favoreçam diretamente, tais como: liberação de recursos financeiros e incentivos fiscais, facilidade na obtenção de licenças ambientais, construção e reforma de rodovias e demais vias de escoamento da produção, garantias de regulação de preços, liberação de outorgas para captação de água etc. Esse é o caso de todas as dez empresas anteriormente mencionadas, que atuam intimamente articuladas com o Estado a fim de viabilizarem seus projetos de uso corporativo do território. E isso fica muito mais nítido quando o próprio governador participa pessoalmente da atração e inauguração dessas empresas,

como fez Tasso Jereissati com Del Monte, Amway Nutrilite e Reijers, prática repetida por todos os seus sucessores que rotineiramente visitam as empresas citadas.

Com a instalação dessas empresas no território, é possível perceber, a curto prazo, uma reconfiguração da dinâmica produtiva local e alterações nas formas de uso e ocupação da terra, pela atribuição de novas lógicas de produção àquele espaço e a utilização de novos instrumentos técnicos voltados para a racionalização do processo produtivo. Isso acontece também porque ao se instalar no território as empresas implantam a monocultura em detrimento dos antigos cultivos lá realizados, incidindo em alterações na configuração produtiva nos locais onde agem e contribuindo para ampliar a especialização centrada em cultivos mais rentáveis ao capital. Tal dinâmica acaba por levar os demais produtores instalados nos arredores das empresas a investirem também na monocultura, como é possível observar nas regiões de atuação da Ducoco, Amway Nutrilite, Compescal, Agrícola Famosa, Cione e Del Monte, até mesmo porque tais produtores passam a ser, em muitos casos, cooptados pelas firmas e transformados em seus fornecedores.

Esse processo nos remete à monopolização da produção, que ocorre quando uma dada empresa passa a controlar diretamente o processo produtivo de demais produtores mediante a aquisição do que foi produzido, seja por contratos de fornecimento da produção seja por intermediação dos atravessadores. Ao monopolizar a produção, há também um controle e uso corporativo do território, haja vista que *o que e como* produzir passa a ser imposto pelos agentes hegemônicos a despeito das próprias demandas que regem a agricultura familiar camponesa, gerando um significativo processo de sujeição da renda da terra ao capital do agronegócio. Essa prática sistemática de adquirir a produção de pequenos produtores é comum de ser realizada pela Cione, Compescal, Betânia, Ducoco e Amway Nutrilite, que sempre recorrem aos camponeses para assegurar a viabilização da reprodução ampliada do capital.

Além de monopolizar a produção, há, ainda, um controle da terra, favorecendo a oligopolização do espaço agrário nas áreas em que atuam essas empresas. Isso acarreta, ao longo do tempo, um acirramento da concentração fundiária e do latifúndio, associados a uma dinamização do mercado de terras e a um agravamento de conflitos relacionados à luta pela posse e permanência na terra. Ao concentrar terra, as empresas asseveram o controle do território. Tem-se a expansão do latifúndio como um processo intimamente associado à territorialização dessas empresas, até mesmo porque a concentração de extensas parcelas de terra é uma variável intrínseca à difusão do agronegócio, visto que as empresas passam a contar com milhares de hectares em seus empreendimentos, a exemplo de fazendas ocupadas por Ypióca, Cione, Agrícola Famosa, Ducoco e Del Monte, que estão entre as maiores do Ceará.

Associado a isso, a análise das formas de apropriação da terra pelas empresas nos revela inúmeras nuances do uso corporativo do território, uma vez que, como já destacado, concentrar terra é também controlar o próprio território. No Ceará, uma das formas recorrentes é a apropriação de extensas parcelas de terra em áreas públicas, notadamente em perímetros irrigados federais, contando com as facilidades ofertadas pelo Estado com vias a facilitar e legitimar, mais ainda, essa artimanha do capital, revelando uma apropriação privada de um espaço que, em tese, não deveria ser privatizado. Esse já é o caso do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, no qual empresas como Cialne, Betânia e Agrícola Famosa possuem inúmeros lotes, e do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, onde a Betânia também atua e onde a Del Monte é responsável pela grilagem de mais de mil hectares de terra pública; nesse contexto se evidencia o uso corporativo do território mediante a apropriação de terras em áreas do próprio Estado, seja via grilagem ou seja ocupação legal.

E se há uma apropriação corporativa da terra e do território, há também todo um cenário que aponta para a privatização e controle das formas de acesso à água em todas as regiões do Ceará, especialmente diante de uma grave crise hídrica a qual está acometido o semiárido brasileiro nos últimos anos. Percebe-se que ocorre uma grande busca por diferentes formas que viabilizem a garantia de fornecimento de água para as empresas, a exemplo sobretudo da captação em lagoas, açudes e rios e da perfuração desenfreada de poços profundos, como fazem conjuntamente as empresas Agrícola Famosa, Ducoco, Del Monte, Cialne, Cione, Compescal, Betânia, Reijers, Ypióca e Amway Nutrilite. Acirra-se, assim, o quadro de concentração e injustiça hídrica, sabido que a água que vai para as empresas é a mesma que deixa de ir para as comunidades camponesas.

Ademais, o agravamento de conflitos fundiários e socioambientais também se configura enquanto um processo decorrente do uso corporativo do território pelas empresas do agronegócio, diante dos impactos gerados por esses agentes a todos os sujeitos que estão no seu rastro de destruição e que não compactuam com as ingerências dessas corporações. Observa-se o aumento de disputas por terra, por água e pela própria natureza em áreas ocupadas especialmente por: Del Monte, responsável pela expropriação de camponeses e pela contaminação de trabalhadores; Cione, que vem tendo várias de suas fazendas ocupadas por camponeses sem-terra; Ducoco, que continua fazendo uso da terra indígena dos Tremembé; Compescal, que exerce uma pressão significativa sobre a comunidade quilombola do Cumbe e sobre extensas áreas de manguezal; Ypióca, inserida em situação de conflito no território indígena Jenipapo-Kanindé; e Agrícola Famosa, responsável por acentuar a injustiça hídrica na Chapada do Apodi.

E como a expansão do agronegócio no Ceará dá-se sobremodo em locais com forte tradição camponesa e indígena e em contextos ambientais instáveis, como leitos de rios e áreas litorâneas, é latente o agravamento da vulnerabilidade ambiental, social e territorial

mediante o uso corporativo do território pelas grandes empresas do setor. Isso está relacionado com o aumento da violência no campo, da exploração do trabalhador, do acirramento das desigualdades sociais e da miséria, da concentração de renda, poder, terra e água, do envenenamento da natureza e dos trabalhadores diante do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, da poluição e contaminação das águas, do solo e do ar, do desmatamento e da supressão da biodiversidade, entre outros. Ao observar esse quadro de vulnerabilidades é que a face corporativa do agronegócio se revela mais cruel, como destacado por Rigotto (2011ab, 2012) ao analisar o caráter perverso no qual está assentada a reprodução do capital no campo cearense e a herança maldita deixada por essas empresas.

Considerações finais

Ao longo desse artigo procurou-se apresentar alguns elementos possíveis de se correlacionar a expansão do agronegócio com o uso corporativo do território no Ceará, atentando para a territorialização do capital no campo e tudo o que isso representa. Ao tomar como exemplo as grandes corporações que agem hegemonicamente nesse setor, buscou-se observar a nova expressão da questão agrária cearense na contemporaneidade. Todavia, consideramos que somente através de um estudo mais aprofundado é que será possível compreender as repercussões advindas com a atuação dessas empresas hegemônicas do agronegócio, dificilmente perceptíveis em um primeiro momento em virtude da existência de uma poderosa e muito bem articulada rede de poder que mascara a perversa ação desses agentes, contando sempre com a conivência do Estado.

Diante do quadro apresentado, nota-se que apreender os principais processos em curso a partir do uso corporativo do território por tais empresas não é uma tarefa fácil, demandando, pois, a realização de estudos que consigam indicar com maior profundidade o cenário no qual todos esses processos se materializam, fornecendo subsídios ao entendimento e ao necessário enfrentamento a cada um deles. Portanto, torna-se imprescindível conhecer a fundo como as empresas do agronegócio se territorializam e como elas fazem uso do território, corroborando para endossar a crítica que se faz necessária a esse predatório modelo de produção – capitalista –, que não tem respeitado os direitos dos territórios, dos sujeitos e da natureza e que tem progressivamente usurpado as condições de sobrevivência dos povos do/no campo.

É preciso, pois, entender como o capital age, estar ciente das formas de reprodução do agronegócio e conhecer a fundo os processos relacionados ao uso corporativo do território pelas grandes empresas, até mesmo para fomentar a possibilidade de pensar nos caminhos pelos quais poderão ser traçadas as inúmeras estratégias (territoriais) de resistência que vêm conseguindo atenuar e até mesmo barrar a expansão do capital no campo. Só assim, a partir

dessa tomada de consciência, é que será possível contribuir de maneira significativa no sentido de descortinar a atuação dos agentes hegemônicos que se apropriam do espaço e contribuir de forma efetiva para desvendar as máscaras sociais, como se refere Moreira (2007), reafirmando a crítica social (que ainda é) produzida pela ciência geográfica, especialmente no âmbito da Geografia Agrária.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1960.

ARAÚJO, Sergiano de Lima. **Reestruturação produtiva e as novas territorialidades no espaço agrário cearense: a carcinicultura em questão**. 2006. 168f. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

BAILONI, Mark et al. Firms et territoires. **Revue Géographique de l'Est**, Nancy, v. 50, p. 02-05, 2010.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 375f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BOMTEMPO, Denise Christina. Redes técnicas, indústria de alimentos e região produtiva do agronegócio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, XIII, **Anais...** Salvador, 2014.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **A nova geografia do coco: reestruturação produtiva, territorialização do capital e dinâmicas socioespaciais**. 2015. 298f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Dossiê da fruticultura no Ceará**. 2016. 117f. Relatório de pesquisa (impresso) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016a.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Dossiê da carcinicultura no Ceará**. 2016. 115f. Relatório de pesquisa (impresso) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016b.

CAVALCANTI, Josefa Salete. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, 1997.

COSTA, Kassia Kiss Silva da. **Os circuitos espaciais da produção de flores no Planalto da Ibiapaba/CE**. 2016. 104f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

DICKEN, Peter; MALMBERG, Anders. Firms in territories: a relational perspective. **Economic Geography**, v. 77, n. 04, p. 345-363, 2001.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 429-461.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, 2013.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

GOLDFARB, Yamila. Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação. O caso da Cargill no Brasil e na Argentina. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 27, p. 11-37, 2015.

GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. El modelo agribusiness y sus traducciones territoriales. In: GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. (Orgs). **El agro como negocio**: producción, sociedade y territorios en la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 49-66.

LIMA, Luiz Cruz. Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho. **Scripta Nova**, Barcelona, v. VI, n. 119, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MASKELL, Peter. The firm in economic geography. **Economic Geography**, v. 77, n. 4, p. 329-344, 2001.

MCMICHAEL, Philip. Global development and the corporate food regime. **Research in Rural Sociology and Development**, v. 11, p. 269–303 2005.

MONTE, Francisca Silvania. Os paradigmas da modernização do Estado do Ceará. **Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-104, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Alexandra Maria; PEREIRA, Raimundo Castelo. Campesinato e uso da terra no semiárido cearense. **Geografia**, Rio Claro, v. 36, n. 2, p. 237-250, 2011.

PINHEIRO, Érica Maria Bezerra. **Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra**. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PURSEIGLE, François; CHOUQUER, Gérard. Les territoires saisis par la firme. **Etudes rurales**, Paris, n. 191, p. 9-18, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Soraia de Fátima. Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura irrigada no semi-árido brasileiro. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. p. 151-172.

RIGOTTO, Raquel (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011a.

RIGOTTO, Raquel. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 01, p. 123-140, 2011b.

RIGOTTO, Raquel (Org.). **Almanaque do Baixo Jaguaribe**: tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Fortaleza: Núcleo Tramas/UFC, 2012.

RODRIGUES, Kailton Jonatha Vasconcelos. **A configuração territorial da cajucultura cearense manifestada em Pacajus/CE**. 2018. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil - território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 81-92.

SILVEIRA, Maria Laura. Los territorios corporativos de la globalización. **Geograficando**, Buenos Aires, v. 3, p. 13-26, 2007.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, v. 25, p. 1-19, 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, p. 4-12, 2011.

SOUSA, Bruna Nogueira Ferreira de. **Reestruturação socioespacial da avicultura cearense**. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

TAYLOR, Michael; ASHEIM, Bjørn. The concept of the firm in economic geography. **Economic Geography**, v. 77, n. 4, p. 315-328, 2001.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú**. 2010. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

ZIMMERMANN, Jean-Benoît. Entreprises et territoires: entre nomadisme et ancrage territorial. **La Revue de l'Ires**, Noisy-le-Grand, n. 47, p. 21-36, 2005.

Sobre o autor

Leandro Vieira Cavalcante – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestrado em Géographie des Pays Emergents et Développement pela Université Paris I Pantheon-Sorbonne. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor substituto na Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus de Limoeiro do Norte. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>.

Como citar este artigo

CAVALCANTE, Leandro Vieira. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 22-46, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 13 de outubro de 2018.
Devolvido para a revisão em 20 de fevereiro de 2019.
Aceito para a publicação em 08 de outubro de 2019.
